

O CAMPO-CIDADE-CAMPO REPRESENTADO NO ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO

Táisa Marotta Brosler¹

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

Resumo: A trajetória da modernização agrícola, implantada nas regiões rurais do Brasil por diferentes formas de expulsão e expropriação dos que tinham a sua morada e o seu viver, traz a todo momento a identificação de um sujeito comum. Este apresenta na identidade a marca de quem vivenciou o meio rural, mas com a ruptura da migração para o urbano, condição imposta na qual os contextos sociais e culturais tiveram que ser repensados e reestruturados frente a uma realidade pré-existente com suas regras determinadas. A vivência no urbano é caracterizada por buscas constantes de trabalho, marcada por instabilidade e precariedade de um desenvolvimento industrial acelerado que não supre as necessidades do povo que migra para buscar emprego neste setor. Com isso, depara-se com a realidade do Assentamento de Reforma Agrária Dom Tomás Balduino, caracterizado por "acolher" pessoas que se encontravam nas ruas da Grande São Paulo, localizado numa região considerada zona periurbana (Franco da Rocha – SP). O trabalho realizado, nos anos 2006/2007, por meio de entrevistas individuais nos lotes do assentamento, teve como intuito verificar as condições e os conhecimentos referentes ao cultivo da terra, como o assentado se relacionava e trabalhava com a agricultura, sendo seu meio de subsistência. Assim, a reflexão aqui apresentada diz respeito ao indivíduo como sujeito assentado, nas suas diversas identidades em formação, nas fases vividas antes, durante, e após tornar-se parte de um Assentamento.

¹Mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, taisamb@terra.com.br.

²Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, sonia@feagri.unicamp.br.

Palavras-chave: Identidade; Migração; Agricultura Familiar; Assentamentos Rurais.

***Abstract:** AThe trajectory of agricultural modernization and the implementation process in rural regions in Brazil through different forms of expropriation and expulsion of many agricultural workers, who, as consequence, have lost their homes and their livelihoods, depicts these people, at every moment, as common people. They are defined through their rural identities, but there is also evidence of disruption due to the migration to urban areas, subject to the conditions imposed by a pre-existing reality and its particular rules, indicating that the social and cultural contexts needed to be rethought and restructured. People living in urban areas may face specific challenges and they need to be persistent in their own job searching, which is marked by employment instability and precariousness, as a consequence of the accelerated development of industrial sector that does not meet the needs of the people who migrated to seek employment within this sector. Therefore, confront the reality of Dom Tomás Baldwin Settlement of Agrarian Reform, located in the surrounding area, in Franco da Rocha town (SP), which is embedded within a system characterized by housing homeless that were on the streets of São Paulo metropolitan areas. The work was carried out in 2006 and 2007, through individual interviews at settlement plots, with the aim of verifying conditions and knowledge regarding land cultivation, how settlers used land, as well as the methods they adopted to grow food to ensure their livelihood security. Thus, the interpretation offered here depicts the citizen as a settled worker, identified by the various influences on the process of identity construction, including the stages experienced before, during, and after becoming an integral part of the community within a rural settlement.*

Keywords: Identity; Migration; Family Agriculture; Rural Settlements.

Introdução

Este estudo se diferencia de outros tantos pelo fato de representar, não só a luta por terra para aqueles que dela foram "expulsos", mas para aqueles que foram "expulsos" também do urbano, não havendo mais para onde fugir, na busca de um lugar onde encontrassem o mínimo para a reprodução de sua família. Seus antepassados saíram do rural e eles saíram do urbano. Que "zona" mais surgiria no mundo de hoje para abarcar esta classe de desprovidos? Estes estavam em nenhum lugar, cada noite em uma rua, com um nome diferente, provavelmente

de algum "ex qualquer coisa" e que para ele não fez nada, não significa nada, apenas mais um nome como o dele que não está em nenhuma conta de luz, de água. Não há o lar, seu lar.

Buscam então na memória o refúgio de um lugar que provia o sustento de sua família, que seu pai conquistara com trabalhos diários na terra, onde algo havia para comer, um teto para viver e um sonho para sonhar.

Estes são os novos Sem-terras, esta é a sua denominação, são sem-tetos, sem-empregos, sem-moradas, sem-mais-nada. Um grupo novo que constitui a luta pela terra, novo na sua concepção de vivência no urbano, mas que traz a velha bandeira de luta, pois são resultantes de um êxodo passado que traz no presente a consequência de um modelo de modernização "trágica", Silva (1999), e "dolorosa", Silva (1982). Pessoas de baixa renda que foram "expulsas" do rural e que encontram no urbano situações de extrema pobreza; sujeitos que são identificados a todo momento durante a trajetória da modernização agrícola, a qual foi implantada nas regiões rurais do país de diferentes formas, de expulsão e expropriação dos que lá tinham a sua morada e o seu viver, além das diversas modificações nas relações de trabalho.

Essa é a realidade do Assentamento Dom Tomás Balduino, caracterizado por "acolher" pessoas que se encontravam nas ruas da Grande São Paulo e localizado numa região considerada zona periurbana.

O trabalho realizado, nos anos 2006/2007³, teve como intuito verificar as condições e os conhecimentos referentes ao cultivo da terra. Para isso efetuou-se um levantamento de questões necessárias para o entendimento do modo em que o assentado se relaciona e trabalha com a terra.

Assim, pretende-se, com o estudo, mostrar o indivíduo como sujeito assentado, nas suas diversas identidades em formação, nas fases vividas antes, durante e após tornar-se assentado. Pensa-se no indivíduo que se apresenta para a sociedade como constituinte de um grupo, tendo o seu valor cultural e social representado pelo coletivo, levando a outras instâncias o seu passado de filho de migrante; no ser "migrante" e na busca por retornar ao campo quando a cidade não mais responde às suas necessidades e aspirações.

O Assentamento Dom Tomás Balduino

O Assentamento Dom Tomás Balduino localiza-se no município de Franco

³Financiada por Pibic/CNPq.

da Rocha, Região Metropolitana de São Paulo. Foi reconhecido em 2002, pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com o aproveitamento de 920,5 ha pertencentes à Fazenda São Roque⁴, ficando sob responsabilidade do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e nele foram assentadas 53 famílias.

O modelo deste assentamento está dentro de uma tentativa do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de organizar assentamentos em áreas próximas a cidades, com o objetivo de assentar trabalhadores urbanos que já foram agricultores ou que poderiam vir a ser. Esta experiência, segundo Merlino (2007), denominada Comuna da Terra, foi idealizada em 2000 por Delwek Matheus, da Direção Nacional do MST.

O início da luta pela terra derivou da união da Fraternidade Povo de Rua⁵ com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), oriunda da percepção dos problemas de desemprego nos grandes centros urbanos.

Segundo a proposta de parcelamento feita pelo ITESP, as áreas consideradas aptas para o cultivo foram divididas em três núcleos (Vermelho, Verde e Azul). Cada núcleo foi dividido em lotes de 0,8 a 1,2 ha destinados a subsistência da família (produção de horta, criação de pequenos animais, etc.) e lotes complementares de 1,6 a 2,0 ha para ocupação de lavouras permanentes trabalhados de forma coletiva entre os membros de um mesmo núcleo. Além destes, foram reservadas três áreas para fins comunitários, nas dimensões de 4,5 ha, 1,0 ha e 0,7 ha, uma área para cada núcleo respectivamente, estes localizados do outro lado da estrada que corta o assentamento (Rodovia Franco da Rocha – Cajamar).

O local onde se encontra o assentamento apresenta terreno declivoso, grande número de nascentes e é considerado pelo ITESP como terra pouco produtiva.

O primeiro Crédito de Apoio, destinado ao fomento da produção, foi concluído pelo ITESP em março de 2007 fornecendo R\$2400,00 para cada lote visando

⁴Terras pertencentes ao governo do Estado, com 550 ha agricultáveis. A Fazenda passou por vistoria pelos órgãos do governo, por se encontrar improdutivo e obteve atestado de aptidão para o assentamento de famílias para a Reforma Agrária.

⁵A Fraternidade Povo de Rua é uma entidade independente, formada por pessoas relacionadas a Igreja Católica e outros voluntários, que atua com a população de rua em trabalhos de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de ajuda a portadores do vírus HIV.

insumos e alimentação, com indicação do mesmo para a compra de calcário, yoorin e pulverizador, sendo vendidos 50 sacos de calcário para cada lote. O segundo crédito, já contabilizado na ocasião da pesquisa, encontrava-se à espera dos tramites burocráticos e deveria ser investido em projetos produtivos. Desta forma, só deveria ser concedido após o projeto pronto por parte do assentado.

O crédito habitação, para a construção das casas, foi uma parceria do INCRA e da Caixa Econômica Federal, com parcelas de R\$5000,00 e R\$16000,00, respectivamente. Os próprios assentados trabalhavam na construção, através de mutirões.

Uma cesta básica era fornecida para cada família pela Fraternidade Povo de Rua.

A eletricidade foi estabelecida pelo programa Luz no Campo. A água provinha de poços artesianos projetados por engenheiros do ITESP, havendo cota mínima de uso para cada lote. No entanto, no Núcleo Verde detectou-se que a água ainda chegava em condições precárias através de caminhões-pipa. Não havia rede de esgoto e o lixo era queimado pelos moradores segundo indicação do MST, pois não há coleta de lixo no local.

O INCRA tem parceria com o MST dentro deste assentamento, atuando no contrato de técnicos e conferindo recursos.

Delineamento e reflexões

A ferramenta utilizada para que os objetivos desta reflexão fossem alcançados foi o questionário semi estruturado, convergindo para os aspectos relacionados às práticas utilizadas, o conhecimento do assentado referente à agricultura e a origem deste, o apoio recebido e dificuldades encontradas para alcançar a autossustentabilidade.

Paralelo a isso, os cadernos de campo se mostraram uma fonte rica de detalhes e momentos vividos pelos assentados, opiniões e posições que, muitas vezes, não eram abordados no preenchimento do questionário. Com a junção dos dados quantitativos (resultados do questionário) e as falas dos assentados (referências qualitativas) pôde-se refletir sobre aspectos que, em princípio, não estavam no delineamento do projeto.

Sabe-se que o questionário utilizado como ferramenta para caracterizar um assentamento não é eficaz, por se tratar de uma realidade em constante mutação. O questionário serve, neste caso, para alcançar um entendimento sobre o que aconteceu num dado momento na história do assentamento e para levar-nos a uma possível discussão de um futuro para os assentados, vislumbrando quais os

'frutos' que serão colhidos como consequência do agora. Os resultados e relatos servem para delinear certos trajetos dos sujeitos envolvidos, retratar o presente e elaborar discussões acerca de um depois, na formulação de saídas encontradas individualmente e sendo representadas no grupo ao qual pertence.

A presente reflexão se faz pensando no indivíduo como parte de um grupo maior. O indivíduo pensado em suas tipologias referentes às diversas formas de trilhar a vida, caminhos passados que conformam o presente e que conjecturam reflexos nas ações futuras. "A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante.", Minayo (1998, p. 15).

Esta abordagem se mostra necessária pelo fato do indivíduo, ao escolher ser um assentado estar relacionado não somente a uma mudança desejada do sujeito, mas também a uma ação necessária ou até imposta por pressões advindas da sociedade, cujo resultado seja entrar na luta pela terra como a única alternativa de sobrevivência dele e de sua família. Portanto, faz-se de suma importância para o entendimento do processo "o conhecimento sobre a estrutura social pré-existente, para fugir de concepções sociológicas baseadas na relação direta entre causas e efeitos" (NEVES, 1999, p. 7).

O estudo do rural e da "ruralidade" pode ser pensado como resposta a elementos que sustentam o processo, como o território que responde a qual contexto físico e social está inserido e a identidade que responde a como é vivenciado o processo pelos agentes sociais (MOREIRA, GAVIRIA, 2002).

Uma reflexão sobre o indivíduo coloca primeiramente a questão da identidade, como apresentada por Koubi (2004), no qual o mesmo, condicionado pelo meio, influenciado pelo ambiente, não apresenta múltiplas identidades segmentadas, mas uma identidade revestida por múltiplas facetas culturais e sociais.

Luca (2002, p. 17) discorre sobre os processos de identificação dos sujeitos pela aquisição de significados sociais, resultado de interações com outros sujeitos, "pelas representações e valores que possuem, de determinações sócio-políticas, de práticas sociais, bem como através de discursos que perpassam suas experiências".

Assim, esses autores trazem para o sujeito a identificação própria como indivíduo pertencente a um grupo, numa determinada fase de sua vida, refletida nos valores e práticas sociais e culturais que os sujeitos do entorno reproduzem. A "estrutura social pré-existente", vivenciada pelo indivíduo em momentos passados condicionam certos posicionamentos individuais diferenciados de seus companheiros de grupo (neste caso entende-se grupo como o Assentamento),

confrontando com momentos outros em que objetivos iguais serão realizados e colocados como representativos para lutarem por algo em comum na conquista de um reconhecimento maior da sociedade.

Para tanto, o trabalho de Geneviève Koubi (2004), onde a autora elabora uma profunda discussão sobre sentimentos e ressentimentos das minorias na observação dos direitos jurídicos referentes as suas valorizações e representações culturais, numa reflexão sobre os agentes que permeiam estes grupos e os próprios sujeitos constituintes destes, traz pistas importantes para estas reflexões.

A construção final deste aprofundamento está no grupo no qual o assentado está inserido atualmente, sua relação com o meio é dada por diversos agentes, figuras que acompanham o caminhar do indivíduo na conquista diária dentro do Assentamento e que tomam formas diversas dependendo da situação ou posição do sujeito outro,

O Assentamento constitui uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns. Sua especificidade decorre do fato de que, neste espaço, se objetivam rupturas nas posições sociais e, por consequência, nas relações de poder e na visão de mundo, cujos desdobramentos são de diversas ordens. A organização social revela a constituição ou a reconstituição de posições sociais mediante jogo de forças em que se destacam as demandas e as pressões dos que se desejam beneficiários da propriedade da terra. Expressa ainda efeitos que tal aquisição assegura, benefício cuja possibilidade depende de intervenções imediatas ou anunciadas por uma autoridade estatal, de rede de relações onde interagem seus demandantes, opositores, apoiadores e mediadores. (NEVES, 1999, p. 02)

Com isso, para entender o assentado, seu processo do agora, é necessário resgatar seus passos, seus reconhecimentos individuais passados, podendo ser considerado para esta reflexão certa limitação, pois a generalização das particularidades de cada indivíduo será necessário frente a complexidade dos pensamentos cognitivos do homem e frente ao que NEVES (1999) apresenta sobre as limitações necessárias, pelo processo do assentamento ser uma situação empírica que permite tantos olhares quanto desejados.

No entanto, a representação de cada indivíduo será somente generalizada no que condiz aos grupos pelos quais passaram até se tornarem assentados, bem como as representações e marcas deixadas por estes no sujeito. Assim, a

diversidade será apresentada pelas falas e recordações dos assentados em diversos momentos de suas vidas.

O estudo de caso⁶

Foram entrevistadas 49 famílias, duas se opuseram e outras duas não se encontravam no assentamento por motivos de viagem. Nos lotes em que não foram feitas entrevistas houve apenas uma avaliação visual, uma descrição do lugar, possibilitando gerar observações acerca da produção e das condições de cuidado no lote, ajudando, posteriormente, a obtenção de uma abordagem geral da situação do assentamento.

Para a reflexão sobre o indivíduo torna-se necessário realçar as fases determinantes da vida do assentado, as "situações socioespaciais", segundo Whitaker (2002), existentes na sua formação representada nas diversas *identidades* passadas, reflexos culturais e sociais do meio visto que o grupo traz a marca de cada indivíduo que o compõe.

O caminho a percorrer aqui é, obrigatoriamente, o inverso do caminho trilhado pelo sujeito hoje, pois os relatos apresentados pelos mesmos refletem as práticas culturais vivenciadas no antes e no depois de fazer parte da luta pela terra, mas que são retratados num presente marcante,

(...) já que é no cotidiano que se podem colher os dados da transformação cultural, e realizar a observação das práticas culturais – sua desestruturação e sua reconstrução – e é em meio às práticas culturais e ao trabalho, que se tecem as representações que organizam os homens, no processo dinâmico em que constroem a História. (WHITAKER, 2002, p.45)

Portanto, para tecer a história do indivíduo utilizam-se dados e percepções do trabalho de campo, na busca por pistas e representações das situações socioespaciais relevantes na formação da identidade do sujeito, resgata-se do hoje o passado próximo e deste passado um passado anterior recolhido na memória.

No total, foram detectadas 146 pessoas vivendo no assentamento, das quais 97 eram homens e 49 eram mulheres.

⁶Os dados e relatos referem-se a um recorte temporal no período que compreendem os anos de 2006/07.

As primeiras observações, que podem apontar informações do passado próximo do assentado, estão nas Figura 1 e Figura 2, as quais apresentam características gerais do assentamento como idade e escolaridade dos assentados.

Entre os assentados do Assentamento Dom Tomás Balduino, a faixa de idade dos representantes dos lotes apresenta-se entre 24 e 68 anos, com maiores concentrações entre 40 e 60 anos. Encontraram-se 14 lotes onde havia apenas um morador.

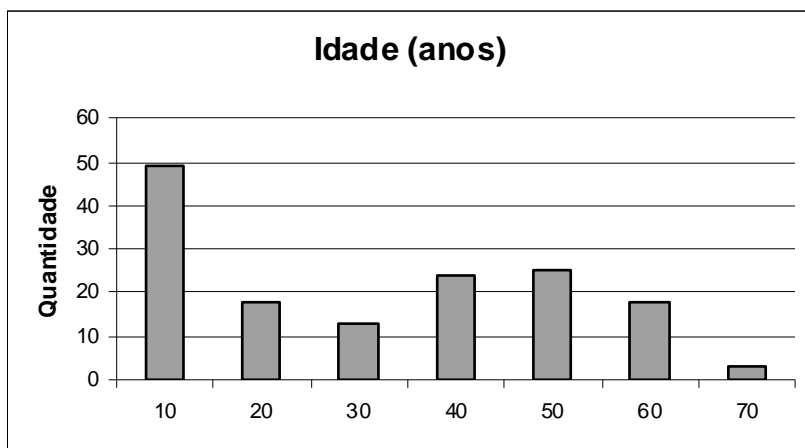


Figura 1 – Distribuição dos assentados entrevistados do Assentamento Dom Tomás Balduino por faixa etária, no período de 2006/07.

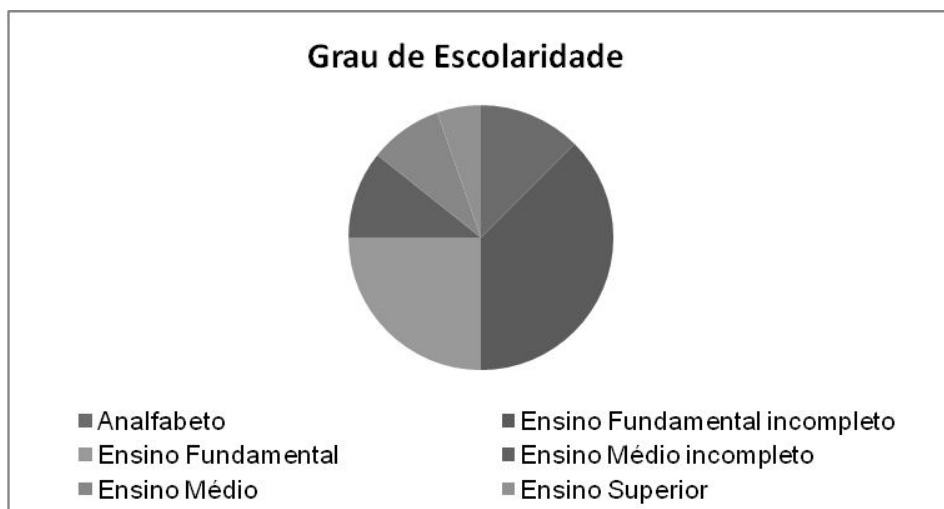


Figura 2 – Distribuição dos assentados entrevistados do Assentamento Dom Tomás Balduino por grau de escolaridade, no período de 2006/07.

Ao constatar que a idade que prevalece entre os representantes dos lotes são pessoas que estão próximas a idade avançada (mais idosos) e que estas, normalmente, são as que estão sozinhas no lote, remete a questão do por que estarem no assentamento e, este por que, estar relacionado com a vida anterior ao se assentar. Traz a caracterização do sujeito que entrou para a conquista da terra em busca de outra alternativa de vida frente as dificuldades que a cidade apresenta, principalmente após certa idade.

O grau de escolaridade dos assentados se concentra, significativamente, no ensino fundamental incompleto, "alto" grau de escolaridade se comparado com outras regiões rurais⁷. Com isso, pode-se confirmar que há, na vida do sujeito assentado aqui refletido, um passado representativo no meio urbano. Há somente sete adultos analfabetos no assentamento (Figura 2).

Prevalece entre os assentados o sexo masculino, poucas mulheres são representantes de seu lote. Isto se deve ao fato do desemprego afetar mais os homens, pela quantidade inferior de mulheres na participação do mercado de trabalho. Há também a característica do meio rural, prevalecendo o trabalho árduo para quem se caracteriza mais forte.

Quando os dados da Figura 2 são confrontados com dados do IBGE e do Fipe/USP (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo), apresentados por Justo (2008), nos quais, em 2000, estimava-se que 8.706 pessoas moravam nas ruas e destes 85% eram do sexo masculino e com média de 40 anos (62% estão no intervalo entre 26 e 45 anos), a hipótese anteriormente apresentada é confirmada, mostrando que a luta pela terra pode ser uma saída para os moradores de rua.

Na Figura 3, sobre os motivos do por que o assentado entrou na luta pela terra, pode-se observar que o impulso ao retorno a terra está realmente na busca por melhoria de vida contra o desemprego e as dificuldades vividas na cidade. Uma pequena porcentagem afirmou entrar na luta devido ao fato de estar há algum tempo buscando terra para viver. São esses os que guardam maior relação com o rural embora tenham vivido no urbano.

⁷Dados do IBGE da porcentagem da população acima de 15 anos com escolaridade inferior a 4 anos de estudos mostram que 45% da população rural do Brasil está representada por este grupo comparado com apenas 19,3% da população urbana. Fonte: Indicadores Socioeconômicos, Graus de Escolaridade, disponível em www.ripsa.org.br, acesso em 21/05/2009.

A reflexão sobre a identidade do assentado, na busca pelas estruturas sociais vivenciadas pelo mesmo, resgata-se do passado anterior ao viver no urbano as regiões de origem dos mesmos: 47% dos entrevistados da região Nordeste, em especial, dos estados de Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, e 29% da região Sudeste (estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro)⁸. Com isso, discute-se sobre a vida desses assentados no momento da migração para a cidade de São Paulo, pois sabe-se que os mesmos se encontravam em desemprego nas ruas da metrópole.

Essa resposta vem da origem do conhecimento do assentado referente a plantar, a trabalhar na terra e as profissões que exerceram em suas vidas. Estas mostram que praticamente 80% dos assentados entrevistados tiveram uma passagem no meio rural, mas destes somente 22% exerceram alguma profissão relacionada a agricultura, podendo-se concluir que a vivência no campo está representada na infância do sujeito, num passado longínquo, anterior ao urbano.

Portanto, a ideia de migração se faz presente na vida dos assentados do Assentamento Dom Tomás Balduino, representado nas transações do sujeito entre campo e cidade, cidade e campo, remetendo ao momento inicial de "referenciamentos" dos caminhos traçados pelos indivíduos antes de se tornarem assentados, dos grupos aos quais pertenceram e dos quais carregam características próprias na formação do eu presente, partindo então, para um segundo momento, no qual os contextos físicos e sociais são apresentados no intuito de resgatar essas características, as "múltiplas facetas culturais e sociais", Koubi (2004), que conformam a identidade do sujeito assentado. Garcia Jr. (1989) apresenta um minucioso trabalho de reconhecimento dos diferentes indivíduos que resultam de um mesmo processo de modificação de relações, sendo estas a forma trabalho e o morar na terra.

O rural brasileiro é marcado pela exploração, expulsão e expropriação dos trabalhadores do campo. Cada região do Brasil apresenta suas particularidades nas formas como as "marcas" foram deixadas, mas o que se percebe é a constante prática de concentrar terras em mãos de poucos, de pessoas com alto poder aquisitivo e da intervenção do Estado no favorecimento a esta classe.

⁸O restante vem do próprio Estado de São Paulo.

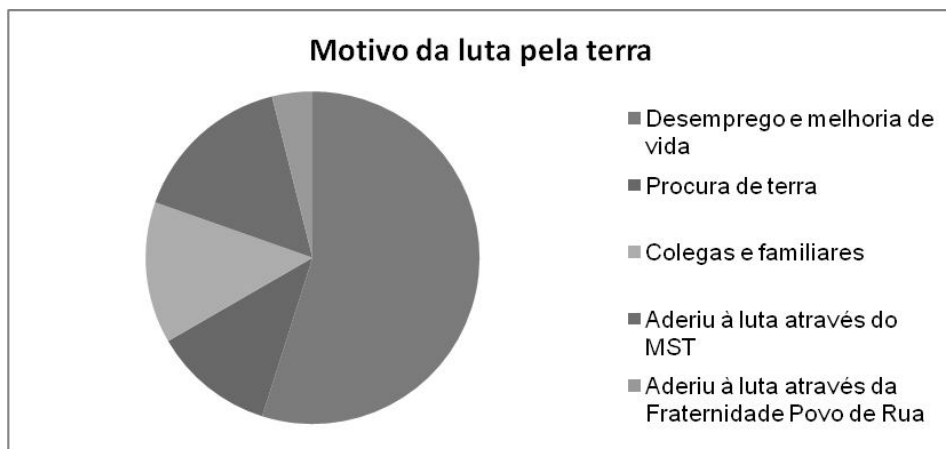


Figura 3 – Distribuição dos assentados entrevistados do Assentamento Dom Tomás Balduino em relação ao motivo da luta pela terra, no período de 2006/07.

As famílias que dependiam do rural foram forçadas a migrar para outras regiões rurais ou até mesmo para grandes centros urbanos, pois estes passavam por um momento de desenvolvimento industrial acelerado, proporcionando empregos para muitos.

A partir dos anos 40, o Brasil conheceu uma intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do campo para as grandes cidades do Sudeste do país, sobretudo as localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que se industrializavam rapidamente. O grande crescimento urbano dos últimos 50 anos é devido principalmente às migrações, (...) (GARCIA JR., 1989, p. 11)

A decisão de migrar do campo à cidade e se proletarianizar foi representativa na história brasileira, mas esta é marcante no que condiz com a transformação do sujeito agricultor que, naquele momento, vê sua relação com o trabalho ser dissolvida, obrigando-o a realizar modificações estruturais e de comportamento para com os seus familiares e nas diversas formas de relações estabelecidas com o meio (que mesmo este se apresenta modificado).

O momento de migrar, de deixar o rural, foi citado por muitos assentados lembrando este passado, além das falas direcionadas aos porquês de migrar. A igualdade nas falas reforça o contexto pelo qual foram obrigados a passar, entre outras em que retratam a busca por emprego e estudo.

"O pai tinha terra, aí as grandes fazendas foram apertando, apertando com as grandes produções e a fazenda ficou um ovo, não dava mais para sobreviver da lavoura. Acabou." (assentado, 56 anos)

"Fui criado no Paraná, fiquei 20 anos e depois vim pra São Paulo, porque foi fechando espaço pra roça, os grandes produtores foram criando gado e cana." (assentado, 53 anos)

"Meus pais vieram em busca de emprego, depois os filhos vieram, faz 15 anos." (assentado, 29 anos)

"Vim em 1960 para trabalhar." (assentado, 60 anos)

"Vim porque a terra em Alagoas não era minha." (assentado, 45 anos)

Estas são escolhas diversas de sujeitos que podem ser considerados resultados de uma mesma condição imposta. Para os assentados do Assentamento Dom Tomás Balduino o ser migrante, ou filho de migrantes, traz uma relação direta com a terra e com o grupo ao qual pertence.

Portanto, há no sujeito o reconhecimento do agricultor de seu passado, da figura de seus pais, do modo de vida tradicional construído por relações pessoais, com a família e com o entorno da propriedade. O agricultor familiar, segundo Wanderley (1999), visa a satisfação do grupo, no trabalho coletivo tanto dentro como fora do estabelecimento familiar, seu mundo, sua cultura está relacionado a unidade familiar e o seu entorno, a luta pelo espaço produtivo, na construção do patrimônio familiar e na estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família.

Tudo isto traz para o sujeito em questão uma identidade particular, caracterizada por uma passagem no rural representada na memória do passado vivido na infância com seus parentes, em lugares longínquos, onde tudo se plantava e tudo se colhia e que pode ser presenciada nas falas dos mesmos quando é colocado em pauta o que significa para o sujeito o "trabalhar na terra".

"Estando na terra pode plantar de tudo um pouco." (assentada, 49 anos)

"Muito importante, pois garante alimentos de qualidade para todos." (assentado, 64 anos)

"Muito bom, é importante e gosto de trabalhar na terra e consumir os próprios alimentos." (assentada, 32)

"Algo bom, permanência da vida e cultura familiar. Sustento." (assentado, 44 anos)

"Legado familiar e herança para os filhos." (assentado, 41 anos)

"Ofício, profissão de vida." (assentado, 52)

"Conseguir alimento, dinheiro para aplicar, não ficar de braços

cruzados." (assentado, 52 anos)

"É trabalho. Se não fosse o agricultor, o homem da cidade não seria nada." (assentado, 50 anos)

"Muito importante. Cultura que estou resgatando, dos pais e quero passar para os filhos." (assentada, 43 anos)

"Muitas coisas boas. Ser patrão da gente mesmo." (assentado, 58 anos)

"Trabalho, renda e condições dignas de vida." (assentada, 36 anos)

"É a minha vida, tira o meu alimento, água, é tudo, na cidade tem que comprar essas coisas." (assentado, 38 anos)

Podem ser observados, nessas falas, diversos pontos que trazem para o indivíduo a identidade rural resguardada e que é realçada quando a realidade à sua volta, num determinado contexto, elenca a necessidade de certo posicionamento que o remete a uma representação de valores passados somados a outros conquistados no decorrer do caminho.

Esses pontos estão nos momentos em que retratam a relação familiar com o trabalho na terra, a importância do alimento produzido pelas próprias mãos, além da menção de reconhecer o trabalhar na terra como uma profissão, sendo uma questão relevante quando se discute o agricultor familiar⁹.

Este passado traz a marca não só do que o sujeito vivenciou no meio rural, mas também à sua ruptura com a migração para o urbano, da condição imposta no qual os contextos sociais e culturais tiveram que ser repensados e reestruturados frente a uma realidade pré-existente com suas regras determinadas.

A percepção que os agricultores têm de sua profissão é uma questão reconhecida como importante: pode ser utilizada como um indício da integração dos agricultores a uma economia de mercado, admitindo-se que a noção de "profissão" é tanto mais aceita quanto maior for essa integração; é possível fazer dela um indício mais geral de um sistema de valores que organiza as condutas individuais e no qual a maneira de legitimar o trabalho é reveladora de uma ética que ultrapassa o âmbito apenas profissional, particularmente na agricultura, em que as fronteiras entre os

⁹Principalmente na percepção da profissão de agricultor, representando uma relação direta como nível de integração com o grupo, dentro de um sistema de valores e condutas, que faz com que o seu trabalho ultrapasse o simples profissionalismo.

diversos compartimentos da vida social são pouco estanques. (BILLAUD, 1998, p. 175)

A vivência no urbano traz para o assentado, este entendido como um filho de migrante, a principal mudança na relação de trabalho, pois o mesmo passa de uma ideia de "liberdade", de autonomia do definir como, quando e onde realizar o trabalho, na organização das tarefas da família e no controle do próprio tempo, para uma vida de proletariado urbano, com sua função controlada.

Este conflito entre a *liberdade* do agricultor e a *vida controlada* do proletariado é colocado por Garcia Jr. (1989).

(...) o trabalho industrial supõe que a seqüência de tarefas a serem desempenhadas dependa apenas do trabalho humano, e o resultado variável guarda estrita correlação com o esforço humano despendido na obtenção do produto. (...) O que controla o agricultor? Ele não controla o que fará amanhã, ou depois de amanhã, porque ele não pode saber antecipadamente a evolução exata das plantas da sua agricultura, e das plantas antagonicas à sua agricultura. O que ele controla, o que ele tem de controlar a cada dia, a cada momento do dia, é o que acontece com a sua agricultura. (GARCIA JR., 1989, p. 107-108)

Mas este conflito pode ser vivenciado pelo sujeito somente com os valores passados pelos pais, pois se tratando de filhos de migrantes imagina-se que os mesmos tenham começado a entender a relação de trabalho numa idade em que já estivesse inserido no urbano. Portanto, quando os mesmos fazem menção ao trabalhar na terra como profissão, estes estão resgatando uma cultura de seus antepassados, uma concepção que criaram na infância e que se mostra sobressalente quando a situação requer uma melhoria de vida frente às necessidades básicas de sobrevivência (no caso trocar o desemprego urbano pelo trabalhar na terra).

Sendo a passagem pelo urbano uma ruptura de relações com a realidade externa de seu meio e dentro da própria família, uma nova estrutura social é defrontada com a identidade do indivíduo e suas representações sociais e culturais são repensadas, acrescentadas de fatores outros condicionantes de novos posicionamentos perante as situações em que se deparará adiante.

Com isso, é trazido para a reflexão o segundo momento marcante na formação do assentado aqui analisado, o viver no urbano e o trágico encontro com o

desemprego e, em muitos casos, o *morar na rua*.

Nas questões abordadas no trabalho de campo o urbano foi trazido, quase que em sua totalidade, como algo transpassado, uma fase difícil como pôde ser observado anteriormente com o desemprego presente na vida desses sujeitos e representado nas falas dos assentados quando eram feitas perguntas como "porque entrou para a luta pela terra" e "qual a motivação para continuar como assentado".

"Desemprego, na cidade não tem serviço." (assentado, 56 anos)

"Desemprego, deparei com dificuldades, fiquei 2 meses. Lá tem mais oportunidades, mas a procura é maior também." (assentado, 31 anos)

"Pagava aluguel, dificuldades, recebi convite por outro assentado e meus pais eram agricultores." (assentada, 43 anos)

"Paz de espírito, saber que hoje não precisa pagar aluguel, patrão, acordar 5, 6 horas da manhã. Se quiser trabalhar trabalha, faz o que quiser do tempo." (assentada, 37 anos)

"A motivação é que é o único jeito, na cidade não tem como, paga água, luz, desempregado. Aqui você planta, colhendo não comprando nada." (assentado, 29 anos)

"É o que eu já passei lá fora, pagar aluguel, levantar e ter que arrumar dinheiro." (assentado, 50 anos)

"Ter vida digna." (assentada, 32 anos)

"O futuro do filho e poder ter o canto, sonho da casa, e deixar alguma coisa para ele, se não fosse ele já tinha desistido." (assentada, 26 anos)

Um levantamento dos pertences de cada lote foi realizado (Tabela 1), na busca por um conhecimento sobre o acúmulo de bens materiais que cada família adquiriu em sua vida anterior ao assentamento e entender um pouco sobre a característica da família, seu poder financeiro e suas aspirações com relação ao meio urbano, suas necessidades.

Tabela 1 – Distribuição da cultura material presentes nos 49 lotes dos assentados entrevistados do Assentamento Dom Tomás Balduino, no período de 2006/07.

<i>Item da cultura material</i>	Quantidade	%	<i>Item da cultura material</i>	Quantidade	%
Carro	3	6,1	Tanquinho	4	8,2
Televisão	15	30,6	Rádio	13	26,5
Geladeira	13	26,5	Aparelho de som	5	10,2
Liquidificador	1	2,0	Aparelho de vídeo	1	2,0
Celular	9	18,4	Aparelho de DVD	2	4,1
Máq. de lavar roupa	5	10,2	Fogão à gás	3	6,1

Fonte: Dados da pesquisa de 2006/07.

Com esses dados, pode-se perceber a dura realidade com que chegaram ao Assentamento, que o meio urbano não pôde prover as aspirações de seus trabalhadores, pois trazem o relato de que poucos são os lotes que possuem algum poder aquisitivo, a maioria encontra-se em condições precárias de sobrevivência, com exemplos de lotes que não tem nem geladeira para conservar os alimentos, e estes se mostram representativos no Assentamento. O que trazem, então, do meio urbano além de seus míseros pertences e a dificuldade do desemprego? O que marca a identidade do sujeito assentado?

São sobreviventes de um passado histórico que não conseguiram requalificação e reinserção em outras atividades econômicas após a extinção de suas ocupações originais ou após a precarização das velhas relações de trabalho. A isso se agrega o recrutamento de populações "lumpem" nas cidades, muitas das quais tiveram origem e experiências rurais, mas que se perderam nos espaços degradados das cidades e nas funções econômicas subalternas da urbanização patológica. (MARTINS, 2003, p. 34-35)

A passagem no meio urbano é caracterizada por buscas constantes de trabalho,

marcada por instabilidade e precariedade, no qual o sujeito entrevistado, na sua grande maioria, exerceu diversos papéis. Esses refletem na identidade do mesmo apenas num ganho de conhecimento restrito e na memória de um sofrimento diário. Os serviços mais significativos prestados pelos assentados antes de se assentar foram: doméstica, pedreiro, eletricista, metalúrgico, motoristas e serviços para construtoras civis.

Com isso, a busca por uma solução se faz presente, urgente, quando as condições básicas da vida não estão sendo supridas, principalmente para aqueles que se encontram em situações de idade avançada ou com filhos.

As condições de vida que os pobres urbanos enfrentam são repletas de instabilidades, privações e riscos. O risco de remoção, do despejo, o de perder o emprego (...) ou então o risco de sofrer os mais diversos tipos de violência. Sofrem a privação de espaços de lazer, de boa educação, de tempo para a família, da saúde de qualidade, de bens de consumo básicos. (GOLDFARB, 2006, p. 121)

Esta mesma autora apresenta uma breve discussão sobre as atuais condições oferecidas pelo urbano, discorrendo sobre a migração de retorno percebido no estado de São Paulo, onde houve um aumento no fluxo de saída de pessoas de 53,9%, entre dados do IBGE de 1986/1991 e 1995/2000, no qual 325.390 pessoas – no último período – migraram de volta para os estados de origem.

Se pensarmos que o indivíduo se apresenta para a sociedade como constituinte de um grupo, este terá seu valor cultural e social representado por este, pelo coletivo, sendo assim, levará a outras instâncias o seu passado de filho de migrante, no ser "migrante". Koubi (2004, p. 531) continua com esta mesma questão apontando como o resultado desta "consciência de grupo" leva a uma ideia de pertencimento a um grupo, acentuando "a impressão de similitude, demonstrando a não-diferenciação dos parceiros, invocando o sentimento da comunidade de destino".

Esse sentimento é colocado por todos que conjuntamente estabelecem o grupo, e num segundo momento que está no reconhecimento de uma insatisfação, injustiça perante a sociedade. Neste caso, a percepção da realidade fatigante do meio urbano e a busca por uma "memória comum" refletem a situação apresentada, a formação de um assentamento.

O processo de assentamento rural se objetiva enquanto uma forma de ação coletiva (...) Ele se expressa por um conjunto de acontecimentos

e práticas que denunciam formas de descontentamentos, razão pela qual canaliza protestos e encaminhamentos de reivindicações. (NEVES, 1999, p. 03)

Esse processo pode ser observado quando a pergunta sobre quando e como entrou para a luta pela terra retrata a consciência de grupo, quando o sujeito veste a camisa que representa os Sem-terra e vai à luta por seu direito, o direito de retorno ao campo, o direito de vida digna.

Neste momento, o sujeito filho de migrante desempregado se posiciona como *assentado*, mas esta nova identidade traz na memória e no conhecimento adquirido pelo mesmo uma diversidade de posições e de relações estabelecidas com os outros e com a sua força trabalho e, quando novamente retorna ao campo, as culturas individuais são recriadas, transformadas, adaptadas ou mesmo restauradas, ocasionando um processo rico em contradições no patamar das práticas habituais do indivíduo, assim como na organização do trabalho.

Neste movimento, verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto a adoção de valores e padrões de consumos urbanos no campo. (MARQUES, 2002, p. 15)

Dentro disso, está o assentado no jogo de transformações de identidades referenciadas com a identidade coletiva – o Assentamento – e com as relações impostas pelos diversos agentes, pois

(...) a história do grupo no qual ele se insere o obriga assimilar a herança que a simboliza, a associar sua vivência pessoal à visão que o grupo de referência propõe, tanto do presente quanto do futuro. (KOUBI, 2004, p. 539)

Com isso, é preciso encarar a diversidade presente em um assentamento, os novos processos desses sujeitos que transitaram entre campo e cidade e trazem com eles novas necessidades. É preciso que enxerguem as "marcas nas mãos dos que lá estão e dos que lá brigam por estar".

Conclusão

O sujeito assentado do Assentamento Dom Tomás Balduino é marcado por

transições em grupos diversificados do seu ir e vir entre o campo e a cidade. As mudanças são impostas por realidades que fogem a sua compreensão e ao seu comando. A única saída é encontrar novamente um lugar que o acolha, um grupo que o aceite, uma cultura a reformular e uma sociedade a enfrentar. Este se mostra múltiplo e se adapta ao seu meio, encontra no outro o reflexo de seu passado e faz com que a luta pela terra no seu dia-a-dia seja menos árdua e que o processo de re-conhecimento seja mais simples e vitorioso e que mudanças não de vir daqueles que têm nas mãos a marca da vitória, de um passado rememorado.

Referências

BILLAUD, J. Inventar uma ética profissional: as regras de um jogo obrigatório. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar – Volume II. Do mito à realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 175-205.

GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989. 285 p.

GOLDFARB, Y. **Do campo a cidade, da cidade ao campo: o projeto Comunas da Terra e a questão dos sujeitos da Reforma Agrária**. São Paulo, n.5, 2006, 109-138 p. Disponível em: <http://www.geografia.filch.usp.br/revistaagraria/revistas/5/6_Goldfarb_Y.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2009.

JUSTO, M. G. Ex-moradores de rua como camponeses num assentamento pelo MST. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2005, Presidente Prudente. **Anais eletrônicos..**, Presidente Prudente, 2005, 17p. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Marcelo%20Gomes%20Justo.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2007.

JUSTO, M. G. Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis - um enfoque sócio-ambiental. **INTERFACES**. São Paulo, v.3, n. 1, jan/abril, 2008, 27 p.

KOUBI, G. Entre sentimentos e ressentimento: as incertezas de um direito das minorias. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memórias e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004, p. 535-554.

LUCA, M. M. B. L.; Histórias de identidades num assentamento rural. **Educação Temática Digital**. Campinas, v.4, n.1, p. 10-31, dez. 2002.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2003, 238p.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, João Pessoa: EDUFPA, 2002.

MERLINO, T. Reforma Agrária: Comuna da Terra: Trabalho e Dignidade. **Brasil de Fato**. São Paulo, n. 201, p.1-2, 2007.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.); **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 9 ed., 1998, p. 9-29.

MOREIRA, R. J.; GAVIRIA, M. R. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, v. 18, p. 47-72, 2002.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 2-3, n.25, p.21-36, 1995.

NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n. 13, p. 5-28, out. 1999.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE;

Indicador Socioeconômico – Níveis de escolaridade. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=B.2&lang=pt>>. Acesso em: 21 mai. 2009.

SILVA, J. G., **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 192p.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro.** Campinas: IE-UNICAMP, 1999, 153p.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Editora da Unesp, 1999, 374p.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: Ed. Da UFPR, 2008, 276p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n. 15, p. 53-86, out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n.21, p. 42-61, out. 2003.

WHITAKER, D. C. A.; **Sociologia Rural:** questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002. 256 p.